

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano I Nº 375
16 de Julho de 2010
Índice

Serra: impostura e golpe contra os trabalhadores	01
Demissão de jornalistas na TV Cultura	02
Presidente da CUT diz que Serra demonstra desequilíbrio	03
Salário inicial aumentou quase 30% desde 2003	04
Greve Geral no Panamá	05

Serra: impostura e golpe contra os trabalhadores

O candidato José Serra (PSDB) tem se apresentado como um benemérito dos trabalhadores, divulgando inclusive que é o responsável pela criação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e por tirar do papel o Seguro-Desemprego. Não fez nenhuma coisa, nem outra. Aliás, tanto no Congresso Nacional quanto no governo, sua marca registrada foi atuar contra os trabalhadores. A mentira tem perna curta e os fatos desmascaram o tucano.



A verdade

Seguro-Desemprego - Foi criado pelo decreto presidencial nº 2.284, de 10 de março de 1986, assinado pelo então presidente José Sarney. Sua regulamentação ocorreu em 30 de abril daquele ano, através do decreto nº 92.608, passando a ser concedido imediatamente aos trabalhadores.

FAT - Foi criado pelo Projeto de Lei nº 991, de 1988, de autoria do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS). Um ano depois Serra apresentou um projeto sobre o FAT (nº 2.250/1989), que foi considerado prejudicado pelo plenário da Câmara dos Deputados, na sessão de 13 de dezembro de 1989, uma vez que o projeto de Jorge Uequet já havia sido aprovado.

Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) - José Serra votou contra os trabalhadores:

- Serra não votou pela redução da jornada de trabalho para 40 horas;
- não votou pela garantia de aumento real do salário mínimo;
- não votou pelo abono de férias de 1/3 do salário;
- não votou para garantir 30 dias de aviso prévio;
- não votou pelo aviso prévio proporcional;

>>>>>>>

>>> Serra: impostura e golpe contra os trabalhadores

- f) não votou pela estabilidade do dirigente sindical;
- g) não votou pelo direito de greve;
- h) não votou pela licença paternidade;
- i) não votou pela nacionalização das reservas minerais.

Por isso, o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), órgão de assessoria dos trabalhadores, deu nota 3,75 para o desempenho de Serra na Constituinte.

Revisão Constitucional (1994) - Serra apresentou a proposta nº 16.643, para permitir a proliferação de vários sindicatos por empresa, cabendo ao patrão decidir com qual sindicato pretendia negociar. Ainda por essa proposta, os sindicatos deixariam de ser das categorias, mas apenas dos seus representados. O objetivo era óbvio: dividir e enfraquecer os trabalhadores e propiciar o lucro fácil das empresas. Os trabalhadores enfrentaram e derrotaram os ataques de Serra contra a sua organização, garantindo a manutenção de seus direitos previstos no artigo 8º da Constituição.

É por essas e outras que Serra, enquanto governador de São Paulo, reprimiu a borrachadas e gás lacrimogênio os professores que estavam reivindicando melhores salários; jogou a tropa de choque contra a manifestação de policiais civis que reivindicavam aumento de salário, o menor salário do Brasil na categoria; arrochou o salário de todos os servidores públicos do Estado de São Paulo.

As Centrais Sindicais brasileiras estão unidas em torno de programa de desenvolvimento nacional aprovado na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1º de junho, com mais de 25 mil lideranças sindicais, contra o retrocesso e para garantir a continuidade do projeto que possibilitou o aumento real de 54% do salário mínimo nos últimos sete anos, a geração de 12 milhões de novos empregos com carteira assinada, que acabou com as privatizações, que descobriu o pré-sal e tirou mais de 30 milhões de brasileiros da rua da amargura.

Artur Henrique - presidente da CUT

Antonio Neto - presidente da CGTB

Wagner Gomes - presidente da CTB

Jose Calixto Ramos - presidente da Nova Central

Miguel Torres - presidente da Força Sindical

Demissão de jornalistas na TV Cultura

Serra, a liberdade de expressão e as demissões de jornalistas da TV Cultura
Da Agência Carta Maior

As demissões de jornalistas na TV Cultura de São Paulo e o silêncio dos grandes meios de comunicação sobre as causas destas demissões evidenciam mais uma vez um preocupante comportamento cínico, submisso e hipócrita. Mais uma vez, são blogs e sites de jornalistas independentes que cumprem o dever de informar ao público o que é de interesse público. Entidades como a Associação Nacional de Jornais, supostamente comprometidas com a defesa da liberdade de expressão, exibem um silêncio ensurdecedor.

O comportamento cínico e hipócrita da maioria das grandes empresas de comunicação do Brasil ficou mais uma vez evidenciado esta semana, e de um modo extremamente preocupante. Não se trata apenas de valores ou sentimentos, mas sim de fatos objetivos e de silêncios não menos objetivos. O relato sobre demissões na TV Cultura de São Paulo, causadas pelo interesse de jornalistas no tema dos pedágios, justifica plenamente essa preocupação.

[Leia a íntegra do Editorial da Agência Carta Maior](#)

Presidente da CUT diz que Serra demonstra desequilíbrio

Artur Henrique diz que candidato tucano demonstrou desequilíbrio ao atacar central sindical

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, rebateu as ofensas que o candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, fez contra a central sindical. Nesta quarta-feira, o candidato tucano declarou que a CUT se tornou “superpelega quando o PT chegou ao governo”.

As declarações foram feitas pelo candidato depois que a CUT e outras quatro centrais sindicais nacionais (Força Sindical, CTB, CGTB e Nova Central) divulgaram manifesto em que criticam Serra por mentir ao dizer que foi o responsável pelo seguro-desemprego e FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).



Para Artur Henrique, o candidato do PSDB “demonstra mais uma vez desequilíbrio” ao atacar a entidade. O sindicalista ressalta que no início da campanha eleitoral o tucano já se caracteriza pelas “acusações tolas, deselegantes”.

Denúncia - No manifesto divulgado pelas centrais sindicais na semana passada é denunciado o fato de o candidato tucano divulgar que seria responsável pelo FTA e o seguro-desemprego. O FAT foi instituído e regulamentado pela lei 7.998 de 1990, após projeto encaminhado pelo deputado Jorge Uequed, do PMDB-RS, em 1988.

Antes disso, em 1986, o então presidente José Sarney aprovou decreto que instituía o seguro-desemprego, mas como um benefício isolado. Com a promulgação da Constituição em 1988, o benefício foi confirmado e a emenda do art. 239, proposta por José Serra, passou a vincular o seguro-desemprego ao PIS e ao PASEP. A transformação do benefício em programa só se deu de fato com a lei 7.998 de 1990.

Serra chegou a submeter Projeto de Lei que regulamentava o FAT e dispunha sobre o seguro-desemprego em 1989, mas ele foi prejudicado em razão do projeto de Uequed, que já estava tramitando no Congresso à época.

Outra – Outra afirmação de José Serra é a de que ele seria economista. Como até agora o diploma do curso de Economia não foi apresentado à Justiça eleitoral, o Conselho Regional de Economia da Paraíba já pediu interpelação judicial e enquadramento do presidenciável tucano, acusando Serra de “falsidade ideológica” e “charlatanismo”. A denúncia recebeu o apoio dos conselhos regionais de mais sete estados — Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins. (*ABCD Maior, 15.07.2010*)

Segue abaixo a íntegra da resposta do presidente da CUT a Serra.

Candidato demonstra mais uma vez desequilíbrio. Que ele saiba pelo menos administrar o seguro-desemprego dele

As declarações de José Serra a respeito da CUT demonstram, mais uma vez, o desequilíbrio do candidato e não combinam com o cargo que, em sua vã pretensão, causa-lhe devaneios.

Acusações tolas, deselegantes, pronunciadas na sede de uma outra central.

A CUT vai continuar independente, de luta, de massa, – algo que o PSDB jamais foi e jamais será – e tem orgulho de reafirmar seu compromisso com as mudanças, das quais somos uma das protagonistas.

Esperamos que o candidato, no futuro próximo, saiba administrar de maneira eficiente pelo menos o seu seguro-desemprego, que ele diz falsamente ser sua criação.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

Salário inicial aumentou quase 30% desde 2003

A criação de 212.952 empregos em junho elevou para 1.473 milhão o número de novas vagas preenchidas no mercado formal de trabalho durante o primeiro semestre, informou ontem o Ministério do Trabalho com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em nenhum outro período janeiro/junho o número de trabalhadores contratados foi tão superior ao de dispensados. O Caged revela também que o salário médio pago a trabalhadores recém-admitidos aumentou 4,86%, entre o primeiro semestre do ano passado e o deste ano. Subiu de R\$ 783,08 para R\$ 821,13.

Durante os quase oito anos do Governo Lula, o valor médio dos salários de admissão cresceu 29,14% – de R\$ 635,85, em 2003, para R\$ 821,13 em 2010.

Os maiores aumentos de salário inicial ocorreram em Rondônia (quase 60%), no Piauí (mais de 55%), no Maranhão e na Bahia (acima de 46%). Os menores aumentos foram registrados no Distrito Federal (12,13%), no Amazonas (15,16%) e em São Paulo (19,41%).

Mais Um Milhão

Dos oito setores pesquisados pelo Ministério do Trabalho, seis atingiram níveis recordes de criação de emprego no primeiro semestre. O setor de serviços preencheu 490.000 novas vagas; a indústria de transformação 394.000; a construção civil 230.000; o comércio 144.000 e a agricultura 175.000. Foi no setor agrícola que o Caged registrou a maior taxa de crescimento do emprego no semestre – quase 12% maior do que a do período janeiro/junho do ano passado.

“Na média, o saldo é muito positivo e, pela lógica, a geração de empregos voltará a crescer em julho. Acredito que voltará a ser recorde por causa da educação e da exportação de carne e soja. O segundo semestre certamente será bom e melhor do que o de 2009, com uma geração acima de um milhão de empregos”, previu Lupi.

O ministro reafirmou a previsão de que o número de empregos criados neste ano chegará a 2,5 milhões e de que o total de novas vagas preenchidas ao longo dos dois mandatos do presidente Lula alcançará 15 milhões. Agora está em 13.226 milhões.

“Acomodação”

Comparativamente a maio, quando foram gerados 298.000 empregos, o resultado de junho foi menor, por conta do que o ministro Carlos Lupi classificou como “acomodação” do mercado provocada por uma redução no ritmo de contratações na construção civil, na indústria e nos serviços.

“Não se trata de desaceleração. É apenas uma acomodação, após uma série de recordes históricos. Houve uma diminuição nas contratações na área de educação, em função do efeito das férias”. (*Brasília Confidencial*, 16.07.2010)

Em 13 anos, 12,8 milhões saíram da pobreza absoluta, mostra Ipea

Taxa de pobreza absoluta caiu de 43,4% em 1995 para 28,8% em 2008. Distribuição de renda só registrou piora no Distrito Federal

Quase 13 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta entre 1995 e 2008, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (Ipea). Com isso, essa faixa, que considera famílias com rendimento médio por pessoa de até meio salário mínimo mensal, recuou de 43,4% para 28,8% do total da população no período.

De acordo com o Ipea, a pesquisa abrange os primeiros anos da estabilidade monetária, de 1995 a 2008, período que corresponde aos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A maior queda foi verificada na região Sul, onde a porcentagem da população em pobreza absoluta recuou 47,1%, de 34% para 13% do total. Com isso, a região ultrapassou o Sudeste como detentora do melhor indicador - no conjunto dos quatro estados desta região, a população em pobreza absoluta recuou de 29,9% para 19,5% do total.

Na região Nordeste, houve queda de 28,8% na taxa de pobreza absoluta. Ainda assim, 49,7% da população local vivia, em 2008, com até meio salário mínimo mensal - em 1995, essa porcentagem era de 69,8%. (*G1*, 13.07.2010)

Greve Geral no Panamá

Mesmo com repressão, trabalhadores avaliam que greve geral teve êxito

Uma greve geral paralisou o Panamá durante o dia de ontem (13). A mobilização foi parte das atividades articuladas por movimentos sociais e trabalhistas para pressionar o Governo de Ricardo Martinelli pela derrogação da Lei 30, mecanismo que fere os direitos humanos e trabalhistas da população panamenha e vulnera o meio ambiente. Apesar de ter acontecido sob um clima de repressão, a mobilização geral foi considerada realizada com êxito.

Segundo informações cedidas pela Coordenadora Nacional de Luta pelo Respeito à Vida e Dignidade do Povo durante coletiva de imprensa, a greve geral recebeu a adesão de 80% do setor educativo, de 90% da Universidade do Panamá e de 95% das organizações que formam a Coordenação de Luta. Em setores como o agrícola e o comercial, os trabalhadores realizaram duas paralisações de duas horas.

A população em geral também esteve envolvida na luta. Vários pais deixaram de lado os pedidos da ministra da Educação Lucy Molinar e não levaram seus filhos para a escola. Também houve pouca movimentação no comércio e nas ruas, já que muitas pessoas permaneceram em suas casas.

Nas cidades de Colón, Santiago, Penonomé, David e La Chorrera foram realizadas marchas. Os estudantes universitários também se envolveram na luta e fecharam várias vias adjacentes ao campus central da Universidade do Panamá. Segundo a Coordenadora de Luta, funcionários da Coca-Cola, Caixa de Seguro Social, Cimento Panamá e Estrella Azul também realizaram ações de protesto pela queda da Lei 30.

Após as manifestações, Gabriel Castillo, secretário geral da Confederação Nacional de Unidade Sindical Independente (Conusi) informou à Telesul que se organizará outra "jornada de luta porque não se vai desistir até que se consiga derrogar a Lei 30 e se consiga as condições para discuti-la em sua totalidade".

Até o momento, a vitória conseguida pelos trabalhadores foi um acordo parcial firmado entre dirigentes do Conselho Nacional dos Trabalhadores Organizados (Conato) e o Governo para colocar fim à greve na cidade de Boca Del Toro. O acordo, que ainda será aprovado, suspende por 90 dias os artigos 12, 13 e 14 da Lei 30, referentes ao Código de Trabalho.

A iniciativa não agradou grande parte dos trabalhadores e cidadãos bocatorenhos, já que o objetivo maior é a derrogação da lei em sua totalidade. De acordo com a Coordenadora de Luta, a intenção do Governo era conseguir fechar um acordo antes do dia 13, data da greve geral, para assim "desmobilizar e criar confusão".

Durante a coletiva de imprensa, os dirigentes da Coordenadora de Luta também informaram que se procederá contra as autoridades que ordenaram a prisão ilegal de 28 trabalhadores detidos por solidarizar-se com seus companheiros. As lideranças exigiram ainda que as autoridades se responsabilizem pelos assassinatos em Bocas Del Toro e pelos feridos, já que grande parte corre o risco de ficar cego.

O país está em clima tenso e as mobilizações só terão fim quando o presidente Ricardo Martinelli decidir por derrogar a "Lei Chorizo". Segundo informações de Madelein García, enviada especial da Telesul ao Panamá, desde segunda-feira (12) foram liberadas cerca de 200 pessoas presas por manifestar-se contra o Governo.

Amanhã (15), a Coordenadora de Luta realizará uma concentração em Frente à Corte Suprema de Justiça. No sábado (17), os dirigentes sindicais se reunirão na Universidade do Panamá a fim de planejar novas ações para a derrubada da Lei e determinar a data para a realização de uma nova greve geral. *(Natasha Pitts) (ADITAL, 14.07.2010)*